

## **IIª Conferência RELOP – A Regulação da Energia nos Países de Língua Oficial Portuguesa**

Sessão de Abertura

Vítor Santos – Presidente da RELOP, Presidente do CA da ERSE

Exmo Senhor Secretário de Estado da Economia, Crescimento e Competitividade de Cabo Verde, Dr. Humberto de Brito,

Senhor Presidente da ARE e organizador da Conferência, Dr. João Renato Lima,

Senhora Embaixadora de Portugal em Cabo Verde, Dra. Maria Anderson Guimarães

Estimados colegas reguladores,

Representantes das empresas,

Participantes na conferência,

Representantes da Comunicação Social,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A RELOP acabou de concluir o seu primeiro ano de vida.

Como é bem conhecido, a Associação foi constituída inicialmente pelos 5 reguladores existentes mas é nosso desejo comum que, muito rapidamente, a Associação seja alargada a todos os PLOP na sequência da criação de novas entidades reguladores. Do nosso ponto de vista, as entidades reguladoras são o quadro institucional mais adequado para promover a regulação do sector energético. Neste contexto, é com particular satisfação que tenho o prazer de anunciar a adesão de dois novos membros à RELOP: a Autoridade Geral de Regulação de S. Tomé e Príncipe e do Conselho Nacional de Electricidade de Moçambique.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer uma saudação muito especial de boas vindas aos novos membros sublinhando que estas adesões reflectem o reforço e a consolidação da RELOP e também da regulação nos PLOP.

Uma das principais motivações para a criação da RELOP foi a de institucionalizar uma plataforma de cooperação e de partilha de informação entre os reguladores de energia dos

nossos países. Passaria agora a referir brevemente três iniciativas que, de diferentes pontos de vista, visam concretizar este objectivo:

- O Estudo de Benchmarking sobre os Modelos de Governação das entidades reguladoras;
- O Protocolo com a ARCTEL – Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações dos Países de Língua Portuguesa;
- O Portal da RELOP.

O desenvolvimento e o aprofundamento da regulação económica seguiram caminhos distintos em função das especificidades de cada país, nomeadamente, o nível de desenvolvimento económico, as características e a estrutura do seu sector energético e a dimensão económica e geográfica.

Ao longo da última década, a regulação económica foi o elemento impulsionador da liberalização do sector energético. Tem sido um processo complexo que tem avançado com pequenos passos sustentáveis e consistentes com reflexos positivos no desempenho dos operadores sectoriais (eficiência e qualidade de serviço) e com benefícios tangíveis para os consumidores domésticos e industriais.

Houve avanços significativos nos últimos dez anos! O sector energético foi objecto de profundas reestruturações empresariais e a regulação sectorial tem vindo a adoptar uma nova filosofia de acção mais adequada à regulação económica em contextos em que o mercado, embora com múltiplas imperfeições, está cada vez mais presente e constitui, cada vez mais, uma alternativa aos mecanismos administrativos de natureza mais intervencionista.

Por isso mesmo, parece-nos que todos poderemos beneficiar da partilha de experiências entre países que, naturalmente, seguiram caminhos diferentes na regulação do sector energético mas que têm a preocupação comum de adoptar as melhores práticas de regulatórias. O “Estudo de Benchmarking de Regulação I Parte – Modelos de Governação” adopta uma metodologia que permite concretizar este objectivo com rigor, consistência e robustez.

Gostaríamos ainda de sublinhar que este trabalho beneficiou da adesão e do envolvimento de todos os reguladores e de uma atitude colaborativa de todos os intervenientes directos que constitui um bom prenúncio para projectos futuros. Deixamos aqui uma palavra de agradecimento à equipa que se envolveu na concretização deste projecto pelo excelente trabalho realizado e, sobretudo, pelo espírito colaborativo que marcou a concretização deste projecto.

Deve ainda referir-se que a Assembleia Geral da RELOP decidiu dar continuidade a este estudo segundo três dimensões distintas:

- Introdução de informação relacionada com os modelos de governança dos novos membros da RELOP (AGER de S. Tomé e Príncipe e do CNELEC de Moçambique);
- Aprofundamento da análise das relações institucionais das entidades reguladoras com os consumidores e os governos garantindo a auscultação de todos os agentes de mercado;
- Elaboração de recomendações que se revelarem apropriadas em função das conclusões do estudo.

A institucionalização da cooperação entre os reguladores das Telecomunicações e da Energia é outro tema que gostaria de realçar. Embora existam tópicos específicos da regulação de cada sector, a teoria da regulação económica e os problemas de governança das entidades reguladoras suscitam temas e preocupações que são transversais à regulação de cada um dos nossos sectores. A partilha de informação e de experiências relativamente a estes aspectos parece-me ser de toda a relevância.

Por outro lado, existem, cada vez mais, aspectos de natureza técnica e tecnológica que constituem aspectos de interesse mútuo para as regulações sectoriais da energia e das telecomunicações:

- Que critérios adoptar para proceder à regulação das infraestruturas de telecomunicações (nomeadamente, as fibras ópticas) que estão associadas às redes de transporte e distribuição de electricidade e gás natural?
- Como estabelecer prioridades relativamente à utilização dessas infraestruturas na gestão logística do sector energético ou no sentido de incrementar a capacidade disponível das redes de comunicações, nomeadamente tendo presente preocupações relacionadas com a segurança de abastecimento?

- Que implicações poderá ter a emergência das chamadas *smart grids* na regulação de ambos os sectores?

Este conjunto de considerações conduz inequivocamente à conclusão de que o Protocolo que iremos assinar hoje com a ARCTEL constitui um instrumento de trabalho facilitador da necessária partilha de informações entre os reguladores de Comunicações e de Energia.

Aproveitava esta oportunidade para saudar o Eng.º David Gomes, Presidente da ARCTEL-CPLP, agradecendo também a sua disponibilidade para participar nesta conferência com uma apresentação em que nos vai apresentar uma “Agenda para a cooperação entre Reguladores de Comunicações de Energia”.

A presidência da RELOP apresentou o Portal da RELOP ([www.relop.org](http://www.relop.org)) contribuindo, assim, para a concretização de um dos principais desígnios da criação da RELOP: a de institucionalizar uma plataforma de cooperação e de partilha de informação entre os reguladores de energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Este projecto colaborativo da RELOP será, essencial, não só para a divulgação das actividades da Associação, mas também como instrumento privilegiado para a partilha de informação entre os reguladores RELOP.

*Last but not least*, permitam-me que felicite o Dr. João Renato Lima, Presidente da ARE, e a sua fantástica equipa, pela excelente organização da Conferência e pela acolhedora e simpática recepção em Cabo Verde. Deve realçar-se que, pelo seu empenhamento, envolvimento e profissionalismo na organização da 2ª Conferência, a ARE criou todas as condições para que este evento seja um sucesso.

Aproveitava ainda esta oportunidade para anunciar que a próxima Conferência terá lugar no Brasil e será organizada, naturalmente, pela ANEEL e pela ANP. Agradecia a disponibilidade revelada por estes dois reguladores e formulava os votos dos maiores sucessos na organização da nossa 3ª Conferência.

Gostaria de terminar esta minha breve intervenção, expressando os votos de que esta Conferência constitua um momento de reflexão profícuo sobre a temática da governança das entidades reguladoras no âmbito dos países de língua oficial portuguesa.

Muito obrigado.